

## **Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne. La formation de nouveaux territoires.**

Christophe Albaladejo & Jean-Christian Tulet (Org.)

L'Harmattan, Paris, 1996. 358p.

A publicação do livro de Christophe Albaladejo e Jean-Christian Tulet sobre as frentes pioneiras é ainda mais oportuna porque acontece após um período de uma década durante a qual encontra-se em francês somente artigos publicados em diferentes revistas, sem que nenhuma obra coletiva aborde as diferentes dimensões do fenômeno. Ela também é bem-vinda porque chega em um momento no qual assistimos uma renovação da problemática relativa às frentes pioneiras. Apesar de sintético, o subtítulo do livro é a prova dessa renovação.

De fato, mais além de sua correspondência com as necessidades da política interna (paz social através de um substituto da reforma agrária) e da geopolítica (“integrar para não entregar”), as frentes de colonização representam ao mesmo tempo um dos derradeiros projetos da “modernidade” tal como a conhecíamos (confiança na inevitabilidade e na linearidade do “progresso” material e social) e o último suspiro das ações de grande envergadura de tipo nacional-populista. O que está em questão atualmente é a gestão das conseqüências de uma política de uma outra era em um novo contexto: globalização, abertura econômica, descentralização administrativa e retirada do Estado, multiplicação das organizações da sociedade civil, questão ambiental etc. É isto que, sem dúvida, suscita um interesse renovado pelo porvir das frentes pioneiras.

O livro ecoa as dúvidas e incertezas próprias a esse momento de transição. A representação da Amazônia como fronteira de recursos e espaço potencial de ascensão social para migrantes não é mais hegemônica, outras fazem-lhe concorrência: território de populações tradicionais cujos direitos devem ser preservados, reserva de biodiversidade ... As frentes pioneiras não podem mais ter a pretensão de ocupar progressivamente toda a região. A criação de diferentes tipos de áreas protegidas (de uso direto e indireto) formam um obstáculo a sua expansão espacial. Ora, uma parte de sua dinâmica (e do PIB de certos Estados!) provinha da constante incorporação de novos espaços e da destruição do capital natural que a acompanhava. Assim, a necessidade de uma reconversão é urgente, as antigas dinâmicas estão em seus últimos suspiros. Quais benefícios tiravam os pioneiros dessas dinâmicas? O aumento do nível de vida por intermédio de atividades produtivas não integradas ao mercado capitalista revelou-se uma ilusão na maior parte dos casos.



A intermediação mercantil e a inserção em redes clientelistas representam uma via de acumulação bem mais segura; tal como o desenvolvimento da pecuária bovina, buscado pela maioria dos colonos, com as conseqüências que conhecemos. Sem dúvida certas estratégias familiares deram frutos, mas globalmente as frentes pioneiras tendem a tornar-se lugares de exclusão, concentração fundiária, êxodo rural, crescimento urbano desordenado e pobreza. O ciclo descrito no livro é revelador: em um mesmo lugar passa-se, em alguns poucos anos, de uma agricultura familiar pioneira (com uma ocupação espacial que se torna progressivamente mais densa) ao êxodo rural e à transformação dos espaços desmatados em pastagens. Entre os que deixam a terra, muitos vão inchar as periferias urbanas, outros vão alimentar a reprodução espacial das frentes pioneiras e contribuir ao aumento da pressão sobre as áreas protegidas.

A estabilização dessas frentes está, assim, mais do que nunca na ordem do dia. Ela corresponde a uma convergência de objetivos sociais, econômicos e ambientais, bem como a interesses em jogo a nível local, nacional e internacional. No entanto ela não pode mais se limitar a um simples objetivo de “fixação” das populações rurais. Para substituir a expansão espacial horizontal por um crescimento “vertical” é necessário oferecer perspectivas de emprego aos filhos dos colonos de maneira a que eles não contribuam à expansão das frentes pioneiras, à multiplicação dos acampamentos de sem-terra ou ao sub-emprego urbano. Em outras palavras, a mobilidade intersetorial deve ser viabilizada. É preciso sermos realistas: o futuro da grande maioria desses filhos de agricultores não passa pela agricultura, ao menos não diretamente. Este é um dos pontos fortes do livro de C. Albaladejo e J.-C. Tulet: os autores mudam a escala da análise e colocam a questão do futuro das frentes pioneiras em termos de região e de espaço local em formação. Muitas frentes pioneiras antigas são confrontadas atualmente a uma verdadeira guinada. Ou elas conseguem criar um espaço estruturado, organizado, auto-regulado, que desenvolva suas características próprias, ou vão entrar em uma fase ulterior do ciclo evocado mais acima. Trata-se, então, de um momento crucial que justifica a mobilização da sociedade civil organizada, de pesquisadores e do poder público.

Como ressaltam os autores, a dimensão local não é dada, ela deve ser construída. Ela passa pela elaboração de um “projeto territorial” que articule os diferentes interesses dos atores locais ao seu ambiente institucional e econômico em um dado território. A concretização de um tal processo somente será possível se ele puder se apoiar no desenvolvimento de atividades rentáveis e diversificadas.



Os autores concordam em afirmar que um passo decisivo nesse sentido seria a constituição de um tecido agro-industrial, indispensável para agregar valor à produção, assim como para integrar os espaços rurais e urbanos e facilitar a mobilidade intersetorial.

Novas questões colocam-se, então, à pesquisa sobre as frentes pioneiras. Por exemplo, o conhecimento dos circuitos de comercialização e de seu papel na estruturação dos espaços locais e regionais, a análise das diferentes redes, o conhecimento das especializações que estão acontecendo atualmente em diferentes escalas, deveriam possibilitar uma melhor orientação das iniciativas e uma maior coerência de conjunto do projeto. Mas também: como e em quais bases pode ser progressivamente elaborada uma noção de bem comum? Como e em qual nível são tomadas as decisões? Como conciliar o projeto individual, a autonomia, com os interesses coletivos? Em outras palavras, quais são as novas articulações entre o público e o privado que se estabelecem de maneira a gerir o destino coletivo no contexto atual de crise e renovação das políticas de desenvolvimento? Eis aí algumas questões abordadas por este livro, que representa uma excelente introdução à problemática e aos desafios atuais das frentes pioneiras.

**Philippe Léna**

IRD, lotado no Rio de Janeiro